

RELATIVOS A 2025 E 2026**SindSaúde e FUABC oficializam acordo sobre dissídios em S. Caetano e Sto. André**

Acordo entre o SindSaúde (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde) ABC e a FUABC (Fundação do ABC) convencionou reajuste salarial de 5%, com vigência a partir da folha de maio de 2025. Demais cidades ainda negociam. **Política 3**

SindSaúde fecha acordo sobre dissídios de 2025 e 2026 com São Caetano e Sto. André

Prefeitura de São Bernardo aguarda resposta do sindicato sobre contraproposta de parcelamento dos reajustes em 28 vezes

ANGÉLICA RICHTER
angelicrichter@dgabc.com.br

O SindSaúde (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde) ABC fechou acordo com a FUABC (Fundação do ABC) sobre os dissídios referentes a 2025 e 2026 para os municípios de Santo André e São Caetano. A informação foi confirmada pelo presidente do sindicato, Almir Rogério, o Mizito, e pela Fundação. Pelo entendimento firmado, ficou convencionado reajuste salarial de 5%, com vigência a partir da folha de maio de 2025. O aumento será aplicado de forma escalonada: 2% a partir de 1º de maio de 2025, com pagamento previsto a partir da folha de fevereiro deste ano, e outros 3% a partir de 1º de maio de 2026, calculados sobre os salários já corrigidos, com pagamento a partir da folha de maio de 2026. O valor retroativo correspondente ao período de maio de 2025 a janeiro de 2026 será pago na forma de abono, dividido em quatro parcelas

mensais, com início na competência de fevereiro de 2026. O reajuste será aplicado integralmente aos salários de até R\$ 8.157,41. Para proventos superiores a esse valor, o percentual de reajuste será definido por meio de livre negociação entre empregado e empregador, "respeitando os princípios da razoabilidade, isonomia e bon-fé contratual". O acordo também prevê a concessão de uma cesta básica mensal, ou vale cesta ou ticket cesta, aos empregados que não tiveram três ou mais faltas injustificadas durante o mês. O benefício não terá caráter salarial, deverá ser entregue até o dia 15 do mês subsequente ao de referência e terá valor de R\$ 256,95, com vigência a partir de 1º de maio de 2025. Em relação a São Bernardo, a Prefeitura aguarda o posicionamento do SindSaúde sobre a contraproposta apresentada à categoria. Segundo o secretário de Saúde, Jean Gorincheyn, a proposta inicial previa o parcelamento dos valores em 26 vezes, mas não foi aceita pelo sindicato,

Diante disso, foi apresentada contraproposta pelo governo do prefeito Marcelo Lima (Podemos) de pagamento do atrasado em 28 meses.

De acordo com Gorincheyn, o prefeito assumiu uma discussão que tradicionalmente ocorre no âmbito da Fundação do ABC e envolve outros municípios. "Levantamos aproximadamente R\$ 73 milhões que deixaram de ser pagos ao longo de oito anos às diversas áreas da saúde. Por três vezes, o prefeito colocou esse tema na mesa de negociação, reunindo 17 sindicatos de classe, algo inédito", afirmou.

Jean Gorincheyn afirmou que as negociações em torno dos dissídios levam em consideração o cenário econômico encontrado pela atual gestão, marcado por elevados custos e dívidas acumuladas. "Enfrentamos uma questão econômica muito grande, não apenas pelo alto custo, mas também pelo que foi encontrado tanto na Prefeitura quanto na própria Secretaria da Saúde, em termos de déficits e dívidas progressas, que



MIZITO. 'Teremos novidades em São Bernardo'



STO. ANDRÉ. Dissídio será de 5% em duas vezes

chegaram a quase R\$ 250 milhões", destacou.

De acordo com Gorincheyn, esse contexto impacta diretamente as tratativas, mas não impede que a administração municipal avance em soluções responsáveis. "Dentro dessa negociação, esses valores estão sendo discutidos para que possamos, a partir deste ano, ter um olhar para frente, evitando deixar de honrar

compromissos que são de responsabilidade desta gestão", completou o secretário.

O SindSaúde informou que as tratativas em São Bernardo continuam e que novas informações deverão ser divulgadas em breve. Mizito afirmou que as negociações seguem travadas em Mauá, cuja saúde está sob gestão da FUABC, e em Diadema, com a SPDM (Associação Paulista para o De-

envolvimento da Medicina). "Essas cidades têm até o próximo dia 12 para apresentar uma proposta para a categoria. Depois disso, a decisão sobre o dissídio será tomada no TRT (Tribunal Regional do Trabalho). No caso de Diadema, a resposta que temos da SPDM é que, se a Prefeitura repassar os percentuais, eles serão pagos aos profissionais", disse o sindicalista.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** Capa + página 3